

Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro
Programa de Pós-graduação de Ciências Sociais em Desenvolvimento, Agricultura e
Sociedade (CPDA)



**Relatório com as principais notícias divulgadas pela mídia relacionadas
com a agricultura**
Período de Análise: 01 a 31 de Outubro de 2008
Área Temática: PAA - SAN

Mídias analisadas:

Jornal Valor Econômico
Jornal Folha de São Paulo
Jornal O Globo
Jornal Estado de São Paulo
Sítio eletrônico do MDS
Sítio eletrônico do MDA
Sítio Eletrônico do MMA
Sítio eletrônico do INCRA
Sítio eletrônico da CONAB
Sítio eletrônico do MAPA
Sítio eletrônico da Agência Carta Maior
Sítio Eletrônico da Fetraf
Sítio Eletrônico da MST
Sítio Eletrônico da Contag
Sítio Eletrônico da Abag
Sítio Eletrônico da CNA
Sítio Eletrônico da CPT
Revista Globo Rural
Revista Isto é Dinheiro Rural

Assistente de Pesquisa: Karina Kato

Índice

PAA leva desenvolvimento à região norte de Minas Gerais – Sítio Eletrônico da Conab – 01/10/2008	3
Estados e municípios receberão recursos do MDS para implantar Restaurantes Populares e Cozinhas Comunitárias – Sítio Eletrônico do MDS – 01/10/2008	3
PAA é um dos temas de seminário sobre segurança alimentar – Sítio eletrônico da Conab – 06/10/2008	4
Alta dos preços dos alimentos faz crescer número de famintos – Sítio Eletrônico do MST – 06/10/2008	5
Conab vai aumentar transparência nas ações do PAA – Sítio eletrônico da Conab – 09/10/2008	6
Alimentos devem sofrer 1º impacto do dólar, diz IBGE – Pedro Soares – Folha de São Paulo – Dinheiro – 09/10/2008	7
Ministério do Desenvolvimento Social participa de reunião em Roma sobre segurança alimentar – Sítio Eletrônico do MDS – 13/10/2008	8
Seminário discute desafios da segurança alimentar e respostas do governo brasileiro – Sítio Eletrônico do MDS – 14/10/2008	9
Segunda Quinzena	
Soberania alimentar e a agricultura – João Pedro Stédile e Tomás Balduino – Folha de São Paulo – Opinião – 16/10/2008	10
Do imposto sobre alimentos, 43,6% são de ICMS – Ronaldo D´ercole – O Globo – Economia – 16/10/2008	11
Artigo: Alimentação e soberania nacional – Sítio Eletrônico do MDS – 16/10/2008	12
Para baratear o alimento – Estado de São Paulo – Notas e Informações – 19/10/2008	14

PAA leva desenvolvimento à região norte de Minas Gerais – Sítio Eletrônico da Conab – 01/10/2008

A Superintendência da Conab em Minas Gerais está repassando à Cooperativa de Agricultores Familiares Grande Sertão, neste mês, cerca de R\$ 486 mil para serem aplicados em projetos agrícolas. O investimento representa um aumento de 30% em relação ao ano passado. Segundo o gerente de operações, Eduardo Dumont, com a agricultura familiar os produtores começam a ganhar independência em relação ao mercado. “Trata-se de uma relação profissional, e não assistencialista”, explica.

A Conab está ajudando na integração ao Programa de Aquisição de Alimentos (PAA) com propostas que vão de frutos nativos à produção de álcool combustível. “Há, inclusive, possibilidade de transformarmos pequenas destilarias em unidades de produção. A idéia é de que os próprios associados usem o combustível no transporte e em geradores movido a óleo vegetal, suprimindo o consumo da câmara frigorífica”.

O gerente ressalta ainda que subprodutos como o bagaço da cana-de-açúcar e vinhoto, também serão aproveitados na alimentação do gado e na produção de adubo orgânico. “Ações como esta fortalecem a região e melhoram a qualidade de vida dos moradores”, afirma Aparecido Alves de Souza, diretor-tesoureiro da Cooperativa. “O PAA propiciou o fortalecimento do extrativismo, gerando um impacto econômico significativo, pois estimula a capacitação dos agricultores para aproveitar as potencialidades da região, mesmo com a adversidade da seca”.

Desde 2004, a Superintendência da Conab tem firmado contrato de parceria com a Cooperativa. Nos últimos quatro anos, foram aplicados R\$ 2,9 milhões na modalidade CPR-Doação Simultânea do PAA, beneficiando cerca de 800 produtores familiares com a aquisição de 628 toneladas de alimentos, distribuídas a mais de 100 mil pessoas assistidas por programas sociais do governo.

Estados e municípios receberão recursos do MDS para implantar Restaurantes Populares e Cozinhas Comunitárias – Sítio Eletrônico do MDS – Adriana Scorza - 01/10/2008

O Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome (MDS) divulgou, nesta quarta-feira (01/10) a relação dos três Estados e dos 12 municípios habilitados e selecionados para receber recursos para a implantação ou modernização de Restaurantes Populares e dos 23 municípios que implantarão Cozinhas Comunitárias. A seleção pública foi feita por meio do Edital n.º 12/2008 – SESAN/MDS que prevê repasse de recursos de até R\$ 17,5 milhões.

Os Restaurantes Populares serão implantados em municípios que têm mais de 100 mil habitantes. Estas localidades irão receber, cada uma, até R\$ 1,4 milhão para a implantação do restaurante ou até R\$ 500 mil para modernização daqueles que já haviam recebido apoio financeiro anteriormente. Já para a implantação de Cozinhas Comunitárias, os municípios com mais de 50 mil habitantes receberão até R\$ 350 mil para cada unidade implantada.

Os recursos poderão ser utilizados na construção, reforma e adaptação de instalações prediais, além da aquisição de equipamentos permanentes, móveis e utensílios novos. A manutenção e a gestão serão de responsabilidade dos governos municipais ou estaduais.

Os municípios habilitados tiveram que apresentar, dentre outros, documentação do imóvel onde será instalada a unidade; ata de aprovação de Conselho Estadual/Municipal; proposta técnico-social, com apresentação das potencialidades locais e o público beneficiário; além dos resultados a serem alcançados com a implantação do programa. Foram considerados, entre outros, os seguintes critérios de pontuação: estimativa do número de famílias em situação de insegurança alimentar, percentual de atendimento do Programa Bolsa Família, além de outras iniciativas para criação do sistema de segurança alimentar. Os programas financiados serão acompanhados e monitorados pelo Ministério em todos os estágios, como elaboração, contratação e implantação, bem como operação e gestão.

A relação dos municípios habilitados e selecionados encontra-se no endereço eletrônico: <http://www.mds.gov.br/programas/editais>. E o aviso da divulgação do resultado está publicado no Diário Oficial da União desta quarta-feira (01/10).

Os Restaurantes Populares e a Cozinhas Comunitárias têm como objetivo principal a produção de refeições saudáveis e seguras e sua distribuição a preços acessíveis à população em situação de vulnerabilidade social. As unidades também funcionam como pólos geradores de emprego e renda, pois priorizam a compra de gêneros alimentícios produzidos na própria região, com entrega direta no local, como forma de reduzir custos e garantir a qualidade e geração de renda aos agricultores locais.

O público beneficiário dos Restaurantes Populares é formado por trabalhadores formais e informais de baixa renda, desempregados, estudantes, aposentados, moradores de rua e famílias em situação de risco de insegurança alimentar e nutricional. Em todo o País, existem 56 Restaurantes Populares e 371 Cozinhas Comunitárias.

PAA é um dos temas de seminário sobre segurança alimentar – Sítio eletrônico da Conab – 06/10/2008

A Conab é um dos órgãos públicos que vão debater, na próxima quarta-feira (8), em Brasília, a questão alimentar no Brasil, durante o seminário nacional Mesa Brasil/Sesc – Segurança Alimentar e Nutricional: Desafios e Estratégias. O diretor de Logística e Gestão Empresarial da estatal, Sílvio Porto, vai apresentar os resultados do Programa de Aquisição de Alimentos (PAA) da agricultura familiar, executado pela Companhia, em parceria com os ministérios do Desenvolvimento Social (MDS) e do Desenvolvimento Agrário (MDA).

O encontro, que ocorre no auditório da Confederação Nacional do Comércio (CNC), objetiva discutir medidas para impedir o desperdício de alimentos e buscar soluções para problemas como a fome, pobreza e a insegurança alimentar e nutricional. Para isso, especialistas de todo o país vão avaliar o cenário da pobreza e da fome, a insegurança alimentar no contexto brasileiro, a expansão da oferta e distribuição de alimentos, entre outros. Um dos motivos para a realização deste evento é a crise mundial de alimentos, que ganhou destaque nas agendas governamentais nos últimos meses.

Alta dos preços dos alimentos faz crescer número de famintos – Sítio Eletrônico do MST – 06/10/2008

O número de famintos volta a subir na América Latina e no mundo. O alerta é da agência da FAO (Organização das Nações Unidas para Alimentação e Agricultura) que concluiu em seu relatório anual que a alta dos preços de alimentos fez disparar os números da fome pelo planeta.

Segundo o diretor-geral da FAO, Jacques Diouf, 75 milhões de pessoas entraram para os índices da fome, 8% de 2005 para 2007, quando o número chegou a 923 milhões. Desse total, 907 milhões vivem nos países pobres. Em 2008, o número deve ser ainda maior, por causa da inflação.

Com a alta nos preços dos alimentos, 33 países na África, Ásia e América Latina passaram a integrar a lista de locais onde a fome se transformou na principal crise. As regiões mais atingidas foram Ásia e África, onde estão 89% dos famintos. Nos países asiáticos, são mais 41 milhões de famintos. Outros 24 milhões surgiram na África.

Já na América Latina são 6 milhões famintos a mais desde a elevação dos preços dos alimentos, computando agora 51 milhões.

Os que mais sofrem com a crise dos alimentos são os agricultores Sem Terra. E quem fez essa observação foi o responsável pelo levantamento, o economista da FAO Kostas Stamoulis.

O crescimento da fome no mundo, potencializado pelo aumento dos preços dos alimentos, coloca como prioridade para a existência humana a reflexão sobre o atual modelo de desenvolvimento para o campo.

Em agosto deste ano, o relator especial da ONU para o Direito à Alimentação, Olivier de Schutter, afirmou que estudos recentes apontam a produção de agrocombustível dos EUA e da União Européia - feito a partir de grãos - como sendo a principal causa da crise mundial dos alimentos. O professor belga afirmou ainda que será necessário designar um monitor internacional para supervisionar a produção de fontes alternativas de energia como o etanol.

Segundo o especialista, a produção de agrocombustível aumentou a especulação no setor agropecuário e na área de commodities, e desviou o foco da produção. Até mesmo o FMI (Fundo Monetário Internacional) afirmou que 70% do aumento do preço dos grãos foi causado pelos agrocombustíveis, sendo os maiores afetados o milho e a soja. A instituição ainda apresenta um dado assustador: um aumento de 1 ponto percentual no preço de alimentos provoca um aumento de 16 milhões de pessoas que sofrem de subnutrição.

Tudo isso mostra que no Brasil o incentivo ao aumento da produção de etanol também deve causar graves problemas, já que aqui a ordem também é apostar cegamente nos agrocombustíveis. No estado de São Paulo, por exemplo, a cana-de-açúcar destinada à produção de etanol já ocupa 70% de todas as terras agriculturáveis, substituindo alimentos como o feijão.

Reforma Agrária: mais atual que nunca - Uma reflexão sobre o atual modelo de desenvolvimento para o campo passa necessariamente pela discussão sobre a atualidade da luta pela Reforma Agrária, que hoje, mais do que nunca, mostra sua importância e urgência.

Remando contra a maré, recentemente também a FAO admitiu a necessidade de investir na agricultura familiar. Segundo a organização, US\$ 30 bilhões terão de ser investidos por ano para dobrar a produção de alimentos, ajudar os pequenos produtores, tornar alimentos acessíveis e reduzir a fome.

No Brasil, a agricultura familiar é a principal responsável pela produção de alimentos. Daquilo que chega à mesa dos brasileiros, mais de 60% vem da agricultura familiar. Ela produz 78% do feijão, 84% da mandioca, 58% dos suínos, 54% da bovinocultura do leite, 54% do milho, 60% do trigo e 40% de aves e ovos. Na produção de carne bovina, a pequena propriedade rural contribui com 62,3%; a média, com 26,4%; a grande propriedade, com 11,2%. A produção leiteira depende da pecuária familiar em 71,5%. O latifúndio produz apenas 1,9%. As médias respondem por 26,6%.

Conab vai aumentar transparência nas ações do PAA – Sítio eletrônico da Conab – 09/10/2008

A Conab vai tornar disponível ao público a relação de todos os agricultores que participam do Programa de Aquisição de Alimentos (PAA), bem como das entidades sociais que recebem a doação desses produtos. A previsão é de que estas informações estejam disponíveis para acesso no site da estatal em 2009. “O objetivo é dar mais transparência às ações do programa. Além disso, esta ação vai permitir um controle mais efetivo das relações de parceria do PAA, tanto com os produtores quanto com os beneficiados pelo programa”, explica Sílvio Porto, diretor de logística e gestão empresarial da Companhia.

Ele apresentou os resultados do PAA durante o seminário nacional Mesa Brasil/Sesc – Segurança Alimentar e Nutricional: Desafios e Estratégias. O encontro, que termina hoje, objetiva discutir medidas para impedir o desperdício de alimentos e buscar soluções para problemas como a fome, pobreza e a insegurança alimentar e nutricional.

Porto falou também sobre a importância do PAA para a promoção da biodiversidade agrícola. “Hoje existem mais de 200 tipos de produtos operacionalizados pelo PAA”. O diretor lembrou ainda do seu caráter histórico e inovador, pelo amplo processo de negociação e discussão que promove entre governo e os atores sociais. “O programa proporciona acesso à alimentação diversificada, valoriza a produção e a cultura locais e atua na auto-estima tanto de produtores quanto dos fornecedores.”

O PAA é um programa de apoio à comercialização dos agricultores familiares. Por meio dele, a Conab compra os produtos dos agricultores rurais a preços justos e faz doação a entidades e populações carentes. Os recursos utilizados são dos ministérios do Desenvolvimento Social (MDS) e do Desenvolvimento Agrário (MDA).

O representante do MDS, Crispim Moreira, que participou da discussão juntamente com Porto, disse que, além de ser um dos principais programas do Fome Zero, o PAA ajuda no desenvolvimento de todas as regiões do país, “ao aquecer as diferentes economias locais do país, graças à sua capilaridade”. (*Marcos Nogueira/Conab*)

Câmbio, no entanto, ainda não contamina inflação, e IPCA recua para 0,26% em setembro - Taxa é a menor em um ano, sob impacto da queda dos alimentos; para consultoria, índice deste mês já deve ter influência do câmbio

O repique do câmbio não contaminou ainda a inflação, mas o IBGE (Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística) não descarta um impacto nos próximos meses. Segundo Eulina Nunes dos Santos, coordenadora de Índices de Preços do instituto, as "evidências históricas" mostram que a alta do dólar se reflete nos índices de preço e afeta, em primeiro lugar, os alimentos.

"A continuar essa escalada [do dólar], pode ser que mais para a frente se perceba [o efeito na inflação]. A experiência tem mostrado, nas séries históricas do IBGE, que os primeiros impactos se vivenciam nos produtos alimentícios e nos artigos de higiene e limpeza. Depois, vai chegando a eletrodomésticos e artigos de TV e som, itens que têm influência direta do dólar", disse.

Em setembro, porém, o câmbio não pressionou ainda a inflação. Na esteira da queda dos alimentos (-0,27%), o IPCA (Índice de Preços ao Consumidor Amplo) subiu 0,26% no mês passado, pouco abaixo do 0,28% registrado em agosto. Foi a menor taxa desde setembro de 2007 (0,18%). No ano, o índice acumula alta de 4,76%, ainda sob reflexo da forte alta do grupo alimentação no período -9,29%.

Já para os próximos meses, a expectativa é de uma inflação maior. A Tendências Consultoria colocou sob revisão sua projeção para a inflação de 2008. "O risco de estourar o teto da meta do governo [6,5%] existe, sim, ainda mais num cenário de crise. Estamos fazendo os cálculos, mas nossa projeção deve ser revista para cima", afirma Marcela Prada, economista da consultoria.

Prada afirma que em setembro os primeiros sinais de contágio do câmbio já foram sentidos nos índices de preço por atacado, sem, no entanto, chegar ao varejo. Segundo ela, o efeito do câmbio vai superar a contribuição benigna da queda de preço das commodities agrícolas no mercado internacional. "Em setembro, o câmbio se valorizou em 17%, enquanto o índice médio do preço das commodities caiu 6%. Ou seja, isso indica que o saldo foi ruim. Há uma pressão inflacionária."

Foi justamente a queda das commodities, segundo Eulina Nunes dos Santos, que levou à deflação dos alimentos em agosto e setembro. O IPCA, por sua vez, só não caiu mais em setembro por causa da alta de produtos não-alimentícios, especialmente serviços (0,55%), transportes (0,39%), vestuário (0,70%) e artigos de residência. Alguns itens subiram sob efeito da demanda ainda aquecida.

Para a LCA Consultores, porém, "a transmissão da queda dos preços agrícolas do atacado para o varejo chegou ao nível máximo em setembro". Por isso, a consultoria estima um IPCA maior em outubro: 0,35%.

Menor demanda - Se o câmbio é um foco de pressão, a crise, por sua vez, vai comprimir a demanda e ajudar a segurar os aumentos de preços, dizem especialistas.

Para Thaís Marzola Zara, da Rosenberg Associados, "o câmbio depreciado terá um impacto sobre a inflação num primeiro momento, mas, no médio prazo, a atividade deprimida deve trazer a inflação de volta a níveis mais razoáveis". A alta dos juros no Brasil e a crise mundial, diz, vão conter a demanda e evitar reajustes de preço.

O economista Luiz Roberto Cunha, da PUC-RJ, diz que o peso do câmbio sobre a inflação dependerá do tempo em que a moeda ficará pressionada, mas também acredita que o menor consumo evitará fortes aumentos de preço.

Para Fábio Romão, da LCA, a disparada do câmbio é temporária e a moeda tende a voltar à casa de R\$ 1,70 ao final do ano. Mas, se a alta perdurar, haverá um estímulo às exportações, o que pode restringir a oferta de produtos e elevar preços, de acordo com ele.

Ministério do Desenvolvimento Social participa de reunião em Roma sobre segurança alimentar – Sítio Eletrônico do MDS – 13/10/2008

A crise mundial de alimentos é um dos principais temas em discussão na 34ª Sessão do Comitê de Segurança Alimentar (CSA) da Organização das Nações Unidas para a Agricultura e a Alimentação (FAO), que começa nesta terça (14/10) e termina na sexta-feira (17/10), em Roma, Itália. Um dos participantes da delegação brasileira na reunião é o secretário de Segurança Alimentar e Nutricional do Ministério Desenvolvimento Social e Combate à Fome (MDS), Onaur Ruano.

De acordo com o secretário, o encontro é importante porque vai se discutir a questão da segurança alimentar e nutricional mundial, com enfoque no impacto da alta global dos preços dos alimentos. “Também serão apresentadas iniciativas e ações recentes em resposta à alta global dos preços dos alimentos e a aliança internacional contra fome”, afirma Ruano.

O comitê é o fórum central do sistema das Nações Unidas para a revisão e o acompanhamento de políticas relacionadas à segurança alimentar global. Inclui a produção de alimentos, o uso sustentável da base de recursos naturais para a segurança alimentar, a nutrição, o acesso físico e econômico aos alimentos e a outros aspectos da erradicação da pobreza relacionados à segurança alimentar.

Serviço

34ª Sessão do Comitê de Segurança Alimentar (CSA) da FAO

Data: 14 a 17 de outubro

Abertura: dia 14 às 10h (horário em Roma)

Local: Sede da FAO, Via Delle Terme Di Caracalla – 00187 – Roma (Itália)

Abertura *Dimas Ximenes*

Seminário discute desafios da segurança alimentar e respostas do governo brasileiro – Sítio Eletrônico do MDS – 14/10/2008

O ministro do Desenvolvimento Social e Combate à Fome (MDS), Patrus Ananias, participa nesta quarta-feira (15/10), às 9h30, véspera do Dia Mundial da Alimentação, do Seminário “Os desafios da segurança alimentar e nutricional e as respostas do governo brasileiro”. Também estarão presentes o representante da Organização das Nações Unidas para Agricultura e Alimentação (FAO) no Brasil, José Tubino, e o presidente do Conselho Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional (Consea), Renato Maluf.

“Para o Dia Mundial da Alimentação temos uma ampla agenda de discussões a partir dos desafios propostos porque o acesso à alimentação é questão de soberania nacional, é assunto de Estado”, salienta Patrus Ananias. O presidente do Consea destaca que a alta no preço dos alimentos está inserida num contexto com diversos componentes, como crescimento da demanda, expansão econômica, aumento do poder de compra dos mais pobres, alta do petróleo, quebra de safra e baixos estoques. Mas, fundamentalmente, é uma crise de modelo”, afirma Renato Maluf.

A secretaria executiva do MDS, Arlete Sampaio, ressalta que o Seminário será importante para destacar as ações do Brasil no combate à fome e mostrar a importância do País como exportador. “Este é um grande momento onde o Brasil pode impedir que os mais pobres sofram com alta dos preços e também se consolide como grande provedor de alimentos para o mundo”, destaca. Para a FAO existe a preocupação de que a crise financeira possa comprometer os compromissos da comunidade internacional e dos governos nacionais em investimentos no desenvolvimento rural, na agricultura e na segurança alimentar.

Também participam do seminário outros ministros, integrantes do Conselho Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional (Consea), presidentes dos conselhos estaduais, representantes de organismos internacionais e convidados. O evento, promovido pelo MDS, FAO e Consea, também terá a participação de representantes do Ministério do Desenvolvimento Agrário (MDA), Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento (MAPA), Secretaria Especial de Aquicultura e Pesca (SEAP) e Ministério da Fazenda (MF).

Confira a programação

<https://www.planalto.gov.br/>

Serviço: *Seminário "Semana Mundial da Alimentação: os desafios para a segurança alimentar e nutricional e as respostas do governo brasileiro"*

Data: 15 de outubro (quarta-feira)

Hora: 9h30 às 17h30

Local: Auditório do Anexo I da Presidência da República (Palácio do Planalto – Brasília-DF)

EM 1960 , havia 80 milhões de seres humanos que passavam fome em todo o mundo. Um escândalo! Naquela época, Josué de Castro, que agora completaria 100 anos, marcava posição com suas teses, defendendo que a fome era consequência das relações sociais, não resultado de problemas climáticos ou da fertilidade do solo.

O capital, com as suas empresas transnacionais e o seu governo imperial dos Estados Unidos, procurou dar uma resposta ao problema: criou a chamada Revolução Verde. Ela foi uma grande campanha de propaganda para justificar à sociedade que bastava "modernizar" a agricultura, com uso intensivo de máquinas, fertilizantes químicos e venenos. Com isso, a produção aumentaria, e a humanidade acabaria com a fome.

Passaram-se 50 anos, a produtividade física por hectare aumentou muito e a produção total quadruplicou em nível mundial. Mas as empresas transnacionais tomaram conta da agricultura com suas máquinas, venenos e fertilizantes químicos. Ganharam muito dinheiro, acumularam bastante capital e, com isso, houve uma concentração e centralização das empresas. Atualmente, não mais do que 30 conglomerados transnacionais controlam toda a produção e comércio agrícola. Quais foram os resultados sociais?

Os seres humanos que passam fome aumentaram de 80 milhões para 800 milhões. Só nos últimos dois anos, em função da substituição da produção de alimentos por agrocombustíveis, de acordo com a FAO (Organização das Nações Unidas para Agricultura e Alimentação), aumentou em mais 80 milhões o número de famintos. Ou seja, agora são 880 milhões.

Nunca a propriedade da terra esteve tão concentrada e houve tantos migrantes camponeses saindo do interior e indo para as metrópoles e mudando de países pobres para a Europa e os Estados Unidos. Somente neste ano, a Europa prendeu e extraditou 200 mil imigrantes africanos, a maioria camponeses. Há oito milhões de trabalhadores agrícolas mexicanos nos Estados Unidos. Setenta países do hemisfério sul não conseguem mais alimentar seus povos e estão totalmente dependentes de importações agrícolas. Perderam a auto-suficiência alimentar, perderam sua autonomia política e econômica.

O pior é que, em todos os países do mundo, os alimentos chegam aos supermercados cada vez mais envenenados pelo elevado uso de agrotóxicos, provocando enfermidades, alterando a biodiversidade e causando o aquecimento global. Isso acontece porque as empresas transnacionais padronizaram os alimentos para ganhar em escala e lucros. Os alimentos devem ser produzidos de acordo com a natureza, com a energia do habitat.

A comida não pode ser padronizada, uma vez que faz parte de nossa cultura e de nossos hábitos. Diante disso, qual é a saída? O Estado, em nome da sociedade, deve desenvolver políticas públicas para proteger a agricultura, priorizando a produção de alimentos. Cada município, região e povo precisa produzir seus próprios alimentos, que devem ser saudáveis e para todos. Assim nos ensina toda a história da humanidade. A

lógica do comércio e intercâmbio dos alimentos não pode se basear nas regras do livre mercado e no lucro, como pretende impor a OMC.

Por isso, consideramos o alimento um direito de todo ser humano, e não uma mercadoria, como, aliás, já defende a Declaração Universal dos Direitos Humanos. Cada povo e todos os povos devem ter o direito de produzir seus próprios alimentos. Isso se chama soberania alimentar. Não basta dar cesta básica, dar o peixe. Isso é a segurança alimentar, mas não é soberania alimentar. É preciso que o povo saiba pescar!

No Brasil, com um território e condições edafoclimáticas tão propícias, não temos soberania alimentar. Importamos muitos alimentos, do exterior e entre as regiões do país. Mesmo em nossas "ricas" metrópoles, o povo depende de programas assistenciais do governo para se alimentar. A única forma é fortalecer a produção dos camponeses, dos pequenos e médios agricultores, que demandam muita mão-de-obra e têm conhecimento histórico acumulado.

A chamada agricultura industrial é predadora do ambiente, só produz com agrotóxicos. É insustentável a longo prazo. Por isso, neste 16 de outubro, Dia Mundial da Alimentação, as organizações camponesas, movimentos de mulheres, ambientalistas e consumidores faremos manifestações em o todo mundo para denunciar problemas e apresentar propostas para que a humanidade, enfim, resolva o problema da fome no mundo.

***JOÃO PEDRO STEDILE** , 54, economista, integrante da coordenação nacional do MST e da Via Campesina. **DOM TOMÁS BALDUINO** , 85, mestre em teologia, bispo emérito da Diocese de Goiás, é conselheiro permanente da CPT (Comissão da Pastoral da Terra), órgão vinculado à CNBB (Conferência Nacional dos Bispos do Brasil).

Do imposto sobre alimentos, 43,6% são de ICMS – Ronaldo D´ercole – O Globo – Economia – 16/10/2008

Estudo sugere a redução do tributo, o que poderia aumentar em 2% a capacidade de consumo da baixa renda Ronaldo D´ Ercole SÃO PAULO. Um estudo da Federação das Indústrias do Estado de São Paulo (Fiesp), em parceria com a FGV Projetos, da Fundação Getúlio Vargas, mostra que o Imposto sobre Circulação de Mercadorias e Serviços (ICMS) cobrado pelos estados responde por 43,6% da carga de impostos incidente sobre os alimentos no país, e sugere a redução desse tributo. Essa desoneração, diz o estudo, produziria dois efeitos desejáveis: reduziria as pressões sobre os preços decorrentes do aumento da demanda global por alimentos, responsáveis em boa parte pela aceleração dos índices de inflação no país este ano; e beneficiaria principalmente as famílias de menor renda, que teriam ganho de cerca de 2% em sua capacidade de consumo. Intitulado “ O peso dos tributos sobre os alimentos no Brasil ” , o estudo constata que o país se encontra em posição de desvantagem em relação a outras nações. Aqui, a carga de impostos é de 16,9% sobre a base de arrecadação (valor adicionado) dos alimentos, ou 12,2% do preço final pago pelo consumidor. Nos Estados Unidos, a taxa média de tributos é muito menor, de 0,7%, enquanto na Europa é de

5,1%. Perda de arrecadação seria compensada por PIB maior A desoneração completa do ICMS sobre os alimentos resultaria numa redução média de 7% nos preços desses itens ao consumidor. Colocado de outra forma, para cada R\$ 10 que o brasileiro gasta com feijão, R\$ 1,20 são impostos (federais, estaduais e municipais). Sem o ICMS, a mordida cairia para R\$ 0,50. Os maiores beneficiados, conclui o estudo, seriam os integrantes dos cerca de 30 milhões de famílias com renda mensal até mil reais. — O ICMS sobre os alimentos é altamente regressivo, por isso a desoneração beneficiaria as camadas de menor renda da população, que gastam proporcionalmente mais com esses itens — observou Fernando Garcia, coordenador da FGV Projetos e responsável pelo estudo, cuja metodologia foi a mesma utilizada pelo IBGE no cálculo das contas nacionais. Pelos seus cálculos, a perda de arrecadação com a desoneração do ICMS, da ordem de R\$ 11,2 bilhões, seria rapidamente compensada por uma elevação de 10% na expansão do Produto Interno Bruto (PIB, soma dos bens e serviços produzidos no país), decorrente do aumento da renda disponível das famílias. A própria arrecadação do ICMS cresceria 1,2% em termos reais. Esses ganhos, combinados com outras compensações, segundo Garcia, tornariam uma eventual negociação com os governadores sobre a eliminação do tributo sobre alimentos uma tarefa perfeitamente factível: — Nós estamos num momento muito positivo da economia nacional, o país cresceu bem nos últimos anos e continuará crescendo, e a arrecadação dos governos vem aumentando de forma expressiva. E os governos têm condições de aumentar mais a arrecadação sem a necessidade desse imposto.

Artigo: Alimentação e soberania nacional – Sítio Eletrônico do MDS- Patrus Ananias
– 16/10/2008

Apesar de ser um problema muito mais antigo, o mundo começa a discutir a fome no período pós-guerra, quando entra em pauta, por um viés estritamente militar e de defesa nacional, a segurança alimentar. A questão posta na época estava ligada à capacidade dos países de produzir e manter estoques estratégicos. Não há dúvidas de que a segurança alimentar e nutricional está intimamente ligada à soberania dos países, mas numa perspectiva mais ampla, como se deu no desenvolvimento do tema, considerando não só a manutenção de estoques, mas, sobretudo, o acesso da população, em quantidade, qualidade e regularidade suficientes para uma vida digna.

Parte-se do inequívoco pressuposto de que o direito à alimentação é um direito fundador de todos os outros. Acesso à comida e à água potável é condição material básica para garantir o direito à vida: alimentar o corpo para que seja possível alimentar o espírito com sonhos e desejos edificantes, de desenvolvimento pessoal e coletivo. Os governos precisam preservar a autonomia para prover a alimentação de seus cidadãos, inclusive com estoque estratégico para períodos de emergência, que garanta acesso aos alimentos a toda população e atue como elemento anti-cíclico de preços.

Em períodos como o que estamos vivendo no momento, com uma tendência mundial de alta nos preços dos alimentos, o tema do direito à alimentação impõe-se de maneira emergencial, visto que amplia os nossos desafios. Principalmente porque a situação atinge sobretudo os mais pobres. Para se ter uma idéia, no Brasil, enquanto os 20% mais pobres gastam 34,5% de sua renda com alimentação, os 20% mais ricos gastam 10,7%. O percentual de comprometimento já esteve maior. Entre 2002 e 2003,

os mais pobres gastavam 38% de sua renda com alimentação. Como já disse Josué de Castro, a fome está intimamente ligada às distorções econômicas. O tema, então, deve ultrapassar as discussões econômicas, porque coloca em risco os esforços de combate à desigualdade e à pobreza.

Para o Dia Mundial da Alimentação – 16 de outubro – temos uma ampla agenda de discussões a partir dos desafios propostos. Acesso à alimentação é questão de soberania nacional. É, portanto, assunto de Estado. A propósito, temos também mais uma das evidências da insuficiência do discurso neoliberal do Estado mínimo. A FAO estima que aproximadamente 925 milhões de pessoas passem fome no mundo, uma situação agravada pela crise do preço dos alimentos. O papel do Estado mostra-se fundamental para promover o bem comum.

No Brasil, o esforço e a presença do Estado na consolidação de uma Política Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional se traduz na estratégia do Fome Zero, que implica na articulação governamental de políticas voltadas para garantia do acesso à alimentação de qualidade, sobretudo aos mais pobres. A atuação do Estado envolve ação integrada ente União, Estados e Municípios, segundo definições de responsabilidades de cada um e incluindo a participação da sociedade civil a partir de definições claras e objetivas.

Esse trabalho exige apoio aos produtores – em especial os pequenos e médios e os da agricultura familiar – ao mesmo tempo em que se implantam mecanismos ágeis para que o alimento chegue ao consumidor com preço adequado. Facilitar produção e consumo, combatendo a ação de atravessadores e especuladores. A implantação do Sisan (Sistema Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional) com base nas diretrizes da Losan (Lei Orgânica de Segurança Alimentar e Nutricional) é um dos marcos nesse trabalho do governo federal de promover o acesso aos alimentos, que tem como um dos seus pilares o fortalecimento da Agricultura Familiar por meio de políticas permanentes na área.

Ao mesmo tempo, tornam-se fundamentais as ações de educação alimentar e de reforço dos equipamentos que facilitem o acesso aos alimentos em áreas urbanas, como restaurantes populares, infra-estrutura física para mercados e feiras populares, bancos de alimentos, cozinhas comunitárias, como estamos fazendo.

Os tempos são difíceis, nossos desafios, complexos. Mas temos também as chaves para responder à crise, o que nos torna otimistas. Estamos vencendo nossa luta interna no país contra a fome, a desnutrição, a pobreza e a desigualdade social. E criamos as condições objetivas para que possamos ampliar nossos projetos até que a todos, sem exceção, sejam dadas as mesmas oportunidades.

** Este artigo foi publicado no Jornal do Brasil, em 16 de outubro de 2008*

Para baratear o alimento – Estado de São Paulo – Notas e Informações – 19/10/2008

Se os governos estaduais abrissem mão da cobrança do Imposto sobre Circulação de Mercadorias e Serviços (ICMS) na venda de alimentos, a população disporia de mais R\$ 11 bilhões para injetar na economia, o que estimularia ainda mais a produção e, em algum tempo, resultaria em ganhos adicionais de arrecadação para os Estados. Este é um dos argumentos que a Fiesp arrola para propor a eliminação do ICMS sobre os alimentos. Para fundamentar a proposta, a Fiesp encomendou à Fundação Getúlio Vargas (FGV) Projetos um estudo que compara a tributação dos alimentos no Brasil com a de outros países, com resultados claramente desfavoráveis para nós.

O momento para propor a redução de impostos, porém, parece inadequado. A crise financeira, que provocou a desaceleração da economia global e até a recessão em alguns países industrializados, afetará a arrecadação dos três níveis de governo no Brasil, o que os tornará ainda mais resistentes a qualquer mudança no regime tributário que resulte em diminuição de receita.

Mas o coordenador da FGV Projetos, Fernando Garcia, não acredita que isso venha a impedir a discussão do tema, pois não se pensa na desoneração imediata dos impostos sobre os alimentos, mas numa redução gradual e com mecanismos de compensação para os Estados, que seriam mais afetados do que o governo federal. Para ele, a discussão é oportuna justamente porque a desoneração reduziria a pressão dos alimentos sobre a inflação.

A tributação tem peso muito grande no preço dos alimentos. O estudo da FGV mostra que, no Brasil, se paga muito mais imposto sobre os alimentos do que nos países ricos. Em média, a carga tributária brasileira é de 16,9% sobre a base de arrecadação dos alimentos, que é seu valor adicionado. Se considerado o preço final dos alimentos pagos pelo consumidor, os impostos representam 12,2%. É um peso exagerado, se comparado com o dos Estados Unidos, de 0,7% do preço final, ou da Europa, de 5,1%.

Como as regras de cobrança do ICMS são estabelecidas pelos Estados, em alguns se paga mais imposto sobre determinado alimento do que em outros. Em média, no Brasil, de cada R\$ 10 que o consumidor paga para comprar feijão, R\$ 1,20 é de impostos federais, estaduais e municipais. Sem o ICMS, a fatia de impostos se reduziria para R\$ 0,50. O estudo calcula que a redução para zero da alíquota do ICMS, se repassada inteiramente para o consumidor, reduziria o preço final em até 7%.

Sem o ICMS sobre alimentos, a arrecadação dos Estados e das prefeituras (que têm direito a parte da receita do ICMS) cairia R\$ 11 bilhões por ano. Mas, como observou o coordenador do estudo, “a redução de alíquotas elevaria a renda disponível das famílias, o que induz a um maior consumo de alimentos e bebidas e de outros bens e serviços, bem como um aumento da poupança e do investimento”. Isso faria a economia crescer mais depressa e, de acordo com cálculos da FGV, resultaria num acréscimo do PIB de R\$ 250 bilhões em dois anos, com o correspondente aumento da arrecadação fiscal.

A redução dos impostos sobre alimentos contribuiria, ainda, para aliviar um dos aspectos socialmente mais cruéis do sistema tributário brasileiro, que é o fato de as

famílias de renda mais baixa pagarem proporcionalmente mais impostos sobre o consumo do que as famílias de renda alta. A tributação sobre alimentos, em particular, é fortemente regressiva, isto é, onera proporcionalmente mais quem ganha menos.

O estudo da FGV constatou que, nas famílias com renda mensal de até R\$ 1 mil, os impostos arrecadados sobre os alimentos representam 3,1% de seu consumo total de bens e serviços. Já nas famílias com renda superior a R\$ 32 mil, a fatia de impostos sobre alimentos representa apenas 0,9% de seu consumo total.

Com a eliminação do ICMS - que atualmente responde por 43,6% da carga tributária total sobre esse tipo de produto -, a fatia das despesas de consumo das famílias de baixa renda, que representa o pagamento de impostos sobre alimentos, seria reduzida para 1,2%.

Coordenador
Sergio Leite

Pesquisadores

Georges Flexor, Jorge Romano, Leonilde Medeiros, Nelson Delgado, Philippe Bonnal, Renato S. Maluf, Lauro Mattei e Ademir A. Cazella

Assistentes de Pesquisa
Karina Kato e Silvia Zimmermann

Secretária
Diva de Faria

oppa **Observatório de Políticas
Públicas para a Agricultura**

cpda **Programa de Pós-Graduação de Ciências Sociais
em Desenvolvimento, Agricultura e Sociedade
UFRRJ - Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro**

Endereço: Av. Presidente Vargas, 417 / 8º andar
Centro Rio de Janeiro - RJ CEP 20071-003

Telefone: 21 2224 8577 – r. 214
Fax: 21 2224 8577 – r. 217
Correio eletrônico: oppa@ufrj.br
Site eletrônico: www.ufrj.br/cpda

Apoio



actionaid



IICA

nead

Ministério do
Desenvolvimento Agrário

